

ACM vai defender projeto da tribuna

Para senador, já se sabe como combater pobreza. Falta vontade política

Monica Gugliano

• BRASÍLIA. O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), defenderá da tribuna sua proposta de combater a pobreza. Antônio Carlos, que chegou ontem da Europa, determinou à assessoria que faça um levantamento dos programas existentes e reúna dados sobre a miséria. Com as informações, pretende responder às críticas a seu projeto, que cria um fundo com recursos arrecadados, entre outras maneiras, com aumento e criação de impostos.

De acordo com assessores,

Antônio Carlos vai contestar a tese de que sua proposta não atingirá o objetivo de diminuir a pobreza. O principal argumento deverá ser que esse tema já foi bastante estudado por entidades públicas, como o Ipea e o Programa Comunidade Solidária, e por universidades e organismos internacionais. Esses estudos, assinala a assessoria, apontam quais são as reais carências da população e formas de combater a pobreza até erradicá-la.

Por isso, Antônio Carlos deverá dizer que falta vontade política para erradicar a miséria e que é preciso conscienti-

zar a sociedade de que as desigualdades extremas são a raiz dos males brasileiros. Além disso, o senador pretende dizer que, como todas as formas de combater a pobreza são conhecidas, é preciso indicar claramente os recursos que a sociedade deverá destinar para atingir esse objetivo.

ACM aceita sugestões para aperfeiçoar o projeto

O presidente do Senado, também segundo assessores, está disposto a negociar sua proposta, porque entende que pode ser melhorada e aperfeiçoada. Entre os pontos que

provocaram maior reação negativa está a idéia de criar uma contribuição compulsória mensal de no mínimo 1% da renda líquida das pessoas físicas com renda superior a R\$ 2 mil, dedutível do Imposto de Renda em até 60%. A mesma contribuição, mas com percentual de 0,5%, é prevista para as empresas com faturamento mensal superior a R\$ 150 mil. Segundo a assessoria técnica do Senado, essa contribuição seria paga por menos de 5% das pessoas economicamente ativas, que recebem mais de R\$ 3 mil brutos, e ficaria, em média, em R\$ 8. ■